

OS LAUDOS AUMENTARAM, E AGORA? ESTUDO SOBRE OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS

Michele Magalhães Frutuoso ¹, Sofia Karen Marques Sousa ²,

Mikael Bezerra Marques³, Iasmin da Costa Marinho ⁴

¹Universidade Estadual do Ceará (UECE), Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI), Itapipoca, Ceará, Brasil, michele.magalhaes@aluno.uece.br

²Universidade Estadual do Ceará (UECE), Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI), Itapipoca, Ceará, Brasil, sofiakms.04@gmail.com

³Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Campus Maranguape, Itapipoca, Ceará, Brasil, mikael.bezerra07@aluno.ifce.edu.br

⁴Universidade Estadual do Ceará (UECE), Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI), Itapipoca, Ceará, Brasil, iasmincostamarinho@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo entender os principais desafios pedagógicos, estruturais e de formação docente enfrentados pelas escolas diante do aumento de estudantes com laudos. A análise fundamenta-se em contribuições de autores que discutem acerca da inclusão escolar e o papel dos laudos diagnósticos no contexto escolar. A análise evidencia tensões entre o laudo como instrumento de garantia de direitos e seu uso como possível mecanismo de rotulação e deslocamento de responsabilidades institucionais. Discute-se a necessidade de formação continuada docente, fortalecimento da parceria com Atendimento Educacional Especializado (AEE) e investimento estruturais que assegurem condições reais de participação e aprendizagem. Assim as seções seguintes são compostas por discussões que norteiam o assunto abordado. Para a realização dessa pesquisa foi desenvolvido um estudo bibliográfico com os seguintes autores, Boff e Machado (2024); Carneiro (2017); Fontenele *et al* (2023); Fontoura, Sardagna (2021); Gil (2002) e Santos, Vieira, Farias (2023), pautando-se em uma abordagem qualitativa e de caráter descritivo-exploratório. Destacando as dificuldades enfrentadas no contexto de inclusão escolar de alunos que têm ou recebem o laudo. Tal realidade implica nos desafios enfrentados nas práticas educativas, como também na organização escolar, principalmente no que se refere à formação docente, contudo o assunto será mais bem abordado nas seções seguintes. Os resultados indicam que, embora o laudo possa orientar intervenções pedagógicas e garantir direitos, sua centralidade pode favorecer rotulações e deslocamento de responsabilidades; as escolas demandam formação continuada, parceria efetiva com o AEE e investimentos estruturais para transformar matrícula em inclusão efetiva.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Laudo diagnóstico. Formação docente. Política educacional

Introdução

Com o passar dos anos, as instituições de ensino têm constatado o aumento significativo de laudos e diagnósticos relacionados às dificuldades de aprendizagem, transtornos do neurodesenvolvimento e deficiências. Com isso, as escolas buscam soluções para promover um ambiente de aprendizagem que inclua os estudantes, na perspectiva de uma educação para todos. Embora a inclusão escolar seja um tema bastante pesquisado atualmente, observa-se que ainda há muito a ser compreendido sobre a temática.

Pensar na educação inclusiva atualmente requer compreender e entender os diversos fatores que a intercalam, como o meio social, educacional, territorial e familiar. Assim, pensar formas que ajudem na inclusão dos alunos torna-se um desafio constante para as instituições educacionais, além disso:

A inclusão escolar é considerada atualmente uma pauta que atravessa várias discussões do âmbito educacional no Brasil e no mundo. Independentemente do segmento ou modalidade, da esfera pública ou privada, as escolas vêm se deparando com a necessidade de rever suas práticas em nome do desafio de trabalhar com todos os alunos[...]. (Fontenele et al, 2023, p. 02)

Neste artigo, adotamos a compreensão de público-alvo da educação especial como o conjunto de estudantes com deficiência, transtorno do espectro de autismo e altas habilidades/superdotação, conforme o ordenamento jurídico brasileiro (LBI/2015 e normativas subsequentes). O laudo diagnóstico, quando existentes, é reconhecido como instrumento de garantia de direitos e de acesso a apoios, mas não de substitui a avaliação pedagógica nem determina sozinho a tomada de decisão curricular e didática-avaliativa.

Tendo em vista esses aspectos, o presente trabalho tem como objetivo analisar quais são os principais desafios pedagógicos, estruturais e de formação docente enfrentados pelas escolas diante do aumento de estudantes com laudos. Por trata-se de estudo bibliográfico de caráter descritivo-exploratório, não analisamos dados empíricos de escolas; as interferências remetem à literatura e aos documentos normativos, servindo para orientar investigações de campo futuras. Todavia, pensar os desafios pedagógicos atuais requer uma análise detalhada do contexto educacional contemporâneo. Assim a temática proposta faz-se necessária para ampliação dos conhecimentos sobre educação inclusiva no âmbito de uma educação para todos.

O laudo representa um instrumento de garantia de direitos, por outro lado, ele impõe às instituições escolares uma reconfiguração urgente de suas práticas pedagógicas, estruturais e formativas. A matrícula do estudante público-alvo da educação especial tem crescido, mas a

inclusão efetiva tem enfrentado entraves significativos no aprendizado e no acesso físico à escola.

Além desses desafios no que se refere à formação docente, a educação inclusiva mostra-se como um dos principais desafios, uma vez que muitos professores não se sentem preparados para lidar com a diversidade apresentada em sala de aula. A falta de formação continuada que auxiliem e dê suporte aos docentes, bem como a falta de espaços e recursos adequados para melhor desenvolvimento, tanto do docente quanto do discente também se torna um desafio para promoção de um ambiente inclusivo.

Desse modo, torna-se necessário analisar o aumento de estudantes laudados e os desafios enfrentados pelas instituições escolares diante desta realidade. O papel do laudo no contexto escolar deve ser considerado não apenas como um instrumento de garantia da inclusão, mas também como recurso de apoio para o professor. Como destaca Santos, Vieira e Farias; “[...]O laudo faz sentido para o pedagogo quando este acrescenta informações que darão suporte a sua intervenção prezando pela equidade, caso contrário, essa será apenas mais uma classificação discriminatória[...].” (Santos Vieira, Farias, 2023, p. 05)

O aumento de laudos nas instituições escolares, têm provocado mudanças na organização escolar e nas práticas pedagógicas. Essa realidade exige dos profissionais novas habilidades, competências e postura frente à diversidade. Nesse sentido, o laudo pode desempenhar um papel relevante ao contribuir com as ações pedagógicas voltadas para a inclusão. Entretanto, se o laudo for visto apenas como diagnóstico, pode tornar-se uma barreira, limitando a formação íntegra e significativa de uma inclusão escolar.

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica no qual é fundamentada em estudos publicados por diversos autores que pesquisam temáticas e assuntos correspondentes ao que é abordado na pesquisa. Assim, a pesquisa bibliográfica torna-se essencial para estruturar o estudo e a discussão.

Além disso, “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos [...]” (Gil, 2002, p. 45). O presente estudo também segue uma abordagem qualitativa, no qual não se detém apenas em dados quantitativos, mas também no sentido, olhar sensível, ou seja, trabalha com subjetividade, assim corrobora com o presente estudo.

Contudo, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar os estudos relacionados à educação inclusiva e seus desafios a ela associados, contribuindo e fortalecendo

os debates e discussões acerca da temática. Com isso os estudos serão analisados nas seções seguintes, que constituem o desenvolvimento e a conclusão.

Desenvolvimento

A educação inclusiva consolidou-se como um marco legal, constituindo-se como paradigma educacional no qual é fundamentada nos princípios dos direitos humanos. Possibilitando o acesso à educação para aqueles que historicamente foram segregados e marginalizados na sociedade, assegurando, assim, a adaptação do currículo educacional. Portanto, pode-se afirmar que:

A educação inclusiva é uma política educacional fundamentada nos direitos humanos e na justiça social. Portanto, o direito à educação e todos os aspectos que compõem esse direito: acesso à escola comum, participação nas atividades escolares e aprendizagem, devem ser vivenciados na sala de aula. Isto é, a escola precisa se constituir, de fato, como um espaço que acolha as diferenças e proporcione aprendizagem independentemente das características corporais, sensoriais, intelectuais, sociais, dentre outras, dos estudantes. (Boff, Machado, 2024, p.14)

A inclusão escolar vai além da simples matrícula do aluno na instituição de ensino, pressupondo a integração e participação direta nas atividades pedagógicas, na socialização e no direito de ocupar os mesmos espaços que os demais estudantes. Por outro lado, na prática a apresentação de um laudo diagnóstico, muitas vezes funciona não como algo para auxiliar nas práticas educacionais, mas como um mecanismo de deslocamento de responsabilidade da escola para com o aluno.

Com isso as dificuldades apresentadas pelo aluno passam a ser atribuídas às limitações do seu corpo ou da mente e não para o contexto escolar ou institucional. Desse modo, o laudo pode limitar a verdadeira inclusão do aluno, visto que pode contribuir para individualização do problema. Além de limitar ou intervir a instituição de uma visão crítica e reflexiva sobre o papel de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Com o surgimento crescente de diagnóstico no meio escolar, se faz necessário entender como as instituições de ensino lidam com essa realidade, em alguns casos existe a ausência de responsabilidade por parte dela para com o indivíduo que possui o laudo, centrando uma visão puramente numérica de resultados que esse aluno pode fornecer.

Quando o estudante apresenta um laudo, ele passa a ser compreendido em determinados contextos, como uma forma de falta de responsabilidade, tornando o diagnóstico mais importante do que o desenvolvimento do estudante. Tal realidade pode implicar no desempenho do aluno, o que na prática acaba contribuindo para exclusão do indivíduo. “Para

estabelecer os sujeitos como aptos e não aptos, é recorrente a presença do laudo médico, solicitado por profissionais da educação, a fim de identificar aqueles que escapem à norma constituída socialmente.” (Fontoura, Sardagna, 2021, p.7)

Tendo em mente que a escola é um espaço no qual a verdadeira inclusão deveria acontecer, nota-se que tal causa nem sempre se materializa no contexto educacional. Com o surgimento dos laudos médicos no contexto escolar, surge o pensamento de que as dificuldades de aprendizagem estão propriamente no indivíduo e não nas práticas pedagógicas, na organização curricular ou nas condições sociais que ultrapassam o processo educativo. Contudo esse contexto acaba naturalizando a desigualdade.

O professor deve assumir um papel crítico, usar o laudo como subsídio para a ação pedagógica, e não como justificativa para limitar expectativas, excluir ou reforçar a desigualdades. Tal perspectiva reforça a concepção social de “aluno ideal”, invisibilizando a diversidade, gerando exclusão, estigmatização e rotulação desses estudantes:

Para o modelo social a intervenção pedagógica deve focar nas potencialidades das crianças em interação com o meio e não seus impedimentos. O laudo faz sentido para o pedagogo quando este acrescenta informações que darão suporte a sua intervenção prezando pela equidade, caso contrário, essa será apenas mais uma classificação discriminatória. (Santos, Vieira, Farias, 2023, p.5)

Contudo, é possível observar que sob a perspectiva social, o laudo acaba dividindo opiniões, traços favoráveis e não favoráveis. Partindo desse pressuposto, cabe analisar sobre os desafios pedagógicos, estruturais e de formação docente enfrentados pelas escolas diante do aumento de estudantes com laudos. Para que a verdadeira inclusão aconteça é necessário observar o contexto social, territorial, cultural e institucional que os alunos e professores estão inseridos.

O aumento dos laudos nas escolas, podem repercutir positivamente ou negativamente, como visto anteriormente. Com isso é possível observar que o diagnóstico acaba impondo diversos desafios pedagógicos. Tal qual a adaptação do currículo e das práticas metodológicas de ensino para atender as necessidades específicas de cada estudante com laudo, é notório nos ambientes educacionais professores relatarem as dificuldades em planejar intervenções individualizadas que ajudem o aluno em seu pleno desenvolvimento, além das dificuldades com as atividades.

A falta de conhecimentos pedagógicos por parte de professores que recebem, em sala de aula, estudantes laudados pode, em alguns casos, proceder da fragilidade do seu processo formativo, tal realidade acaba gerando dificuldades na compreensão das limitações e

especificidades dos alunos e na verdadeira inclusão do aluno na sua dinâmica de sala de aula.

Portanto é necessário que o educador compreenda que:

[...] o ambiente educacional é um espaço em que as necessidades dos estudantes são diversas, e que, proporcionar uma educação que de fato atenda às necessidades de todos os educandos é algo complexo, por envolver diferentes atores, porém, olhar para as especificidades dos estudantes, compreendendo que cada um aprende no seu tempo e do seu modo, que não existe um modelo padrão de estudantes, contribui para que haja uma mudança significativa no modo como a escola vê seus estudantes. (Santos, Vieira, Farias, 2023, p. 12)

Ressalta-se também os desafios de adaptação do currículo de acordo com cada especificidade do aluno, de elaborar avaliações que sejam justas e inclusivas que levem em consideração os diferentes ritmos de aprendizagem. Além de dificuldades de fortalecimento de parceria entre o professor em sala de aula com o professor da sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), onde o professor da sala regular se sente despreparado para lidar ou planejar para o aluno com necessidades especiais, fazendo com que ele coloque a responsabilidade desses alunos apenas para o profissional do AEE.

Além desses desafios para o professor que está gerindo a sala de aula se torna desafiador planejar sem o apoio necessário e em turma numerosas, o que faz com que ele lide com diferentes níveis de aprendizagem, de comportamento e expectativas da família, o que aumenta a sobrecarga de trabalho e a responsabilidade com o aluno com necessidades especiais.

Desse modo, tal aspecto deve ser considerado de forma criteriosa, a fim de que os professores disponham de suporte teórico e institucional adequado, bem como de oportunidades de formação continuada. Essas condições são fundamentais para que o estudante não seja inviabilizado em razão de possuir um laudo ou por apresentar um processo de aprendizagem diferente dos demais.

Contudo, para o enfrentamento desse desafio, o professor necessita assumir uma postura reflexiva e investigativa, articulando conhecimentos pedagógicos, entendendo às singularidades dos estudantes e exercendo um compromisso com os princípios da educação inclusiva:

“[...] necessita de uma formação capaz de dar a ele elementos para realizar um trabalho diferente do usual, a partir da busca de colaboração, da capacidade de flexibilização, do exercício da flexibilidade, para citar apenas alguns. Essa formação exige muito mais que uma disciplina que trate dos conteúdos voltados para área da Educação Especial[...]” (Carneiro, 2017, p. 78)

Recomenda-se instituir co-docência entre professor regente e professor do AEE em momentos críticos do percurso; comunidade de prática quinzenais por segmento; observação

entre pares com feedback; e protocolos de comunicação com familiares (devolutivas claras sobre objetivos, apoios e progresso).

Todavia, além dos desafios enfrentados pelos professores em relação ao processo formativo, planejamento de intervenções que inclua verdadeiramente o estudante, também surge os desafios estruturais, onde há limitações em relação a acessibilidade física, à disponibilidade de recursos, a oferta de serviços de apoio especializados, a ausência de salas de recursos multifuncionais, e a qualidade estrutural da infraestrutura entre tantos outros desafios estruturais no qual acabam limitando a inclusão dos alunos com necessidades além de limitar as possibilidades de intervenções e atividades feitas pelo docente.

Organiza-se o enfrentamento por três eixos: (1) barreiras físicas (acessibilidade arquitetônica, mobiliário, sinalização tátil/visual); (2) barreiras comunicacionais (materiais em múltiplos formatos, Libras, comunicação alternativa); (3) barreiras atitudinais (expectativas, linguagem, relações). A gestão escolar deve instituir uma matriz de responsabilidades (gestor, coordenação, regente, AEE, família) com prazos e indicadores de implementação.

Diante desse contexto, a insuficiência de recursos institucionais e financeiros também pode repercutir negativamente na formação de intervenções que fortaleçam as práticas inclusivas educativas que assegurem a participação plena e integral dos alunos com necessidades específicas, por esse ponto de visto os fatores anteriormente mencionados torna-se um desafio para a execução das práticas educativas planejadas pelos profissionais da educação.

Essas dificuldades tornam a realidade de uma inclusão efetiva cada vez mais distante. Pois elas evidenciam que ter leis que assegurem as matrículas de alunos com laudo não garante que esses alunos estejam de fato incluídos nesses espaços, tendo liberdade de acesso a ele como os demais alunos. O que gera apenas uma inclusão formal por meio da matrícula desse aluno, mas dentro de uma realidade que ocorre uma exclusão por parte da aprendizagem e da estrutura escolar.

O crescimento do número de laudos também suscita reflexões críticas no campo educacional. Se, por um lado, o diagnóstico possibilita o acesso a direitos e a apoios específicos, por outro, pode contribuir para processos de rotulação e medicalização da infância. Nesse cenário, a escola tende a organizar suas práticas a partir de classificações diagnósticas, correndo o risco de reduzir o estudante à condição expressa no laudo, em detrimento de sua singularidade e potencialidades.

Nesse contexto, torna-se necessário compreender que o laudo não ensina, não adapta o

currículo e não substitui o planejamento pedagógico. Ele deve ser entendido como ponto de partida para a construção de intervenções que promovam autonomia, participação e um processo de aprendizagem significativo. Todavia constitui-se também como ferramenta fundamental para concretização e promoção dos direitos assegurados aos estudantes, no qual apresentam necessidades específicas, garantindo condições de acesso, permanência e desenvolvimento educacional.

Para que o laudo opere como meio e não como rótulo, a escola precisa traduzi-lo em planos pedagógicos individualizados (quando cabíveis) e ajuste razoáveis, definidos em co-planejamento entre professor regente, professor do AEE e equipe pedagógica, com metas de participação e aprendizagem e dispositivos de avaliação formativa que considerem os diferentes ritmos e linguagens.

Portanto sugerimos algumas boas práticas para uso pedagógico do laudo: (i) ler com foco em funcionalidade (o que ajuda a aprender/participar); (ii) planejar ajustes razoáveis (tempo extra, múltiplos meios de representação/expressão); (iii) co-planejar com o AEE metas e apoios; (iv) documentar evidências de aprendizagem para além da prova. Boas práticas de formação e co-docência: (i) observação entre pares e devolutivas; (ii) comunidades de prática quinzenais; (iii) estudo de caso com planos PEI/PAEE; (iv) guias rápidos de avaliação formativa inclusiva. Boas práticas de governança: (i) matriz de barreiras (físicas, comunicacionais, atitudinais); (ii) responsabilidades claras (gestão, coordenação, regente, AEE); (iii) indicadores simples (nº de co-planejamentos, nº de ajustes realizados, participação familiar).

Conclusões

Esse trabalho discute os principais desafios pedagógicos, estruturais e de formação docente enfrentados pelas escolas diante do aumento de estudantes com laudos. Percebe-se, portanto, que com o crescente número de laudados no contexto escolar, torna-se necessário refletir e compreender que os desafios institucionais enfrentados ultrapassam os contextos educacionais, revelando desafios estruturais e problemas na própria organização curricular e até mesmo no meio social.

Diante da análise, é possível observar que os desafios pedagógicos evidenciam a necessidade de uma revisão das práticas educativas tradicionais, no qual ainda é bem presente no ambiente escolar e marcadas pelos conteúdos padronizados. Nesse sentido, a inclusão deve

ser inserida ao currículo de forma flexível, estruturada conforme a diversidade metodológica e processos avaliativos que consiste nos diferentes processos de aprendizado.

Com isso cabe destacar a relevância de um planejamento pedagógico colaborativo, que envolve toda a equipe pedagógica, a fim de viabilizar ações articuladas e adequadas conforme os princípios da educação inclusiva, garantindo o direito ao ambiente escolar, a equidade e a qualidade no desenvolvimento e aprendizagem do estudante.

Os desafios enfrentados pelos professores, colaboram para o aumento das demandas no ambiente escolar, tornando-o um ambiente de sobrecarga profissional em dado contexto, e tal realidade pode estar relacionado à ausência de uma infraestrutura adequada para os estudantes e professores, a falta de recursos didáticos ou a limitação da atuação do poder público nas demandas institucionais.

A carência de salas de aula devidamente estruturadas e adequadas, bem como a existência de barreiras de acessibilidade entre outros fatores que deveriam auxiliar os estudantes, e fortalecer o processo de ensino e aprendizagem, configura-se como limitações significativas. Portanto, esses aspectos acabam dificultando a concretização de práticas inclusivas, como também aumentam os desafios enfrentados pelos profissionais.

Considerando os aspectos que foram mencionados, é notório que os desafios enfrentados em salas de aula, principalmente no que se refere à concretização da inclusão, são muitos e complexos. Entre eles, cabe destacar a falta de preparo por parte dos professores para atuar em contextos inclusivos, fator que se caracteriza como um dos principais problemas para a consolidação de ações pedagógicas que promovam a equidade.

Contudo, quando o profissional não se sente capacitado para acolher às demandas da educação inclusiva, a prática na docência tende a torna-se mais trabalhoso e desgastante, repercutindo de forma negativa, tanto na sua atuação profissional como no seu bem-estar. Portanto torna-se necessário a oferta de apoio institucional contínuo, através da formação continuada, destaca-se também a relevância de um bom suporte pedagógico e condições estruturais adequadas, bem como em determinados casos o suporte emocional, a fim de apoiar no enfrentamento das dificuldades existentes no ambiente escolar.

Todavia, destaca-se que a formação de modo geral, aborda a educação inclusiva de uma maneira superficial, revelando a necessidade de investimentos contínuos em processos formativos, principalmente de formação continuada para os profissionais. Tal falha no processo formativo acaba comprometendo e repercutindo no fortalecimento de conhecimentos teóricos

e práticos, fundamentais para atuação e para propostas interventivas nos contextos educacionais inclusivos.

A deficiência de uma formação qualificada na área da educação inclusiva, não apenas enfraquece a prática pedagógica, como também limita a troca de experiências entre os docentes, além de dificultar o desenvolvimento de estratégias pedagógicas fundamentadas nos princípios da inclusão educacional. Nesse sentido, torna-se fundamental a aplicação de políticas públicas formativas que possibilitem o aprofundamento teórico, uma reflexão crítica e a consolidação de práticas educativas na perspectiva de uma educação inclusiva.

Evidencia-se, portanto, que os profissionais da educação enfrentam múltiplos desafios de natureza estrutural, institucional e formativa. O aumento do número de laudos nas escolas impõe à instituição a necessidade de reorganizar, ressignificar e adaptar suas práticas pedagógicas e metodologias, a fim de atender às demandas emergentes. Nesse contexto, cabe aos profissionais da educação refletirem criticamente sobre o significado da inclusão, de modo que, a partir dessas reflexões, possam contribuir para a construção de um ambiente escolar democrático, equitativo e acolhedor.

Por fim, observa-se que tais desafios não se restringem ao contexto escolar, estendendo-se também ao contexto social mais amplo, no qual os indivíduos estão inseridos. Dessa forma, nota-se que a promoção de uma educação inclusiva requer esforços articulados entre escola, família e sociedade, visando à garantia de direitos e à valorização da diversidade.

Como agenda mínima para transformar matrícula em inclusão, recomendamos: (a) institucionalizar co-planejamento regente-AEE com metas e devolutivas formativas; (b) organizar comunidades de práticas docentes com foco em desenho universal de aprendizagem e avaliação justa; (c) estabelecer uma matriz de barreiras (físicas, comunicacionais e atitudinais) com responsáveis e prazos; (d) garantir formação continuada articulada ao fazer da escola (observação entre pares, estudos de caso, oficinas); (e) priorizar ajustes razoáveis em planejamento, ensino e avaliação, evitando a conversão do laudo em rótulo.

Conclui-se que, com o aumento do número de laudos diagnósticos, também surgem diversos desafios, como anteriormente mencionados. Com isso, cabe às instituições escolares e aos educadores, ressignificar seus métodos de ensino, assumindo, portanto, o princípio ético da inclusão escolar. A fim de favorecer um ambiente qualificado e o reconhecimento legal do direito à inclusão.



Referências Bibliográficas

BOFF, Ana Paula; MACHADO, Andreia de Bem. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e85133, 2024. <https://doi.org/10.1590/1984-0411.85133>.

CARNEIRO, R. U. C. Educação especial e inclusão escolar: desafios da escola contemporânea. **Cadernos de pesquisa em educação**, n. 43, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/14309>. Acesso em: 10 fev. 2026.

FONTENELE, Luciana Queiroz; BESSA, Letícia Leite; FILHO, Tadeu Lucas de Lavor; FILHO, José Alves de Souza; MIRANDA, Luciana Lobo. Laudo e diagnóstico como dispositivos de (ex)inclusão escolar: uma revisão sistemática. **Revista de psicologia**, Fortaleza, v. 14, e023009 jan./dez. 2023. DOI: 10.36517/revpsiufc.14.2023.9. Disponível em: <https://share.google/PL8lKEwEo0CuGET0s>. Acesso em: 5 fev. 2026.

FONTOURA, Gabriela Prado da; SARDAGNA, Helena Venites. Concepções acerca do laudo médico no processo de escolarização. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 34, p. e44/1–26, 2021. DOI: 10.5902/1984686X41866. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/41866>. Acesso em: 9 fev. 2026.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas? GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-58.

SANTOS, Cássia Vasconcelos de Paulo dos; VIEIRA, Estela Aparecida Oliveira; FARIAS, Arlete Vilela de. Laudo médico como elemento (im)prescindível na sala de recursos multifuncionais. **Educação**, [S. l.], v. 48, n. 1, p. e14/1–27, 2023. DOI: 10.5902/1984644465981. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveduacao/article/view/65981>. Acesso em: 9 fev. 2026.

